

Município de Ferreira do Alentejo



Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Alentejo

Ata

Reunião de Concertação com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas 10h00, por solicitação da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo (CMFA), realizou-se uma reunião de Concertação, na qual participaram a CMFA, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), Equipa responsável pela Revisão do PDM (RTGeo – Planeamento e Ordenamento do Território, Lda.), sendo que na primeira parte da mesma participaram também a empresa exploradora da Pedreira Garcia Menino II e os proprietários dos prédios onde se encontra instalada e para onde se pretende ampliar, tendo em vista obter uma solução concertada que permita ultrapassar as objeções formuladas pela DGADR relativamente ao parecer emitido na 2.ª Reunião da Comissão Consultiva, realizada no dia nove do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, no âmbito da elaboração da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Alentejo (PDMFA).

A reunião, para concertação de interesses e resolução de questões, foi realizada com recurso à plataforma Teams:

<https://teams.live.com/join/9481329992216?p=gXCBSitRCHFIIDaw3>

Estiveram presentes na reunião:

1. Por parte da CMFA:

- Eng.º Álvaro Ramos – Chefe da Divisão de Urbanismo e Obras Públicas;
- Arq.º Sérgio Felício – Técnico Superior;
- Arq.º David Azinheira - Técnico Superior;
- Dra. Isabel Moraes Cardoso - Jurista

2. Por parte da DGADR:

- Arq.ª Manuela Tavares – Chefe de Divisão de Ordenamento do Espaço Rural;
- Eng.ª Inês Castel-Branco – Técnica Superior

3. Por parte da RTGeo:

- Dra. Ana Isabel Rodrigues – Coordenação Técnica do Plano
- Dra. Mónica Sagreiro – Técnica Superior

4. Por parte da empresa exploradora - JOAQUIM DE SOUSA BRITO, S.A.:

- Eng.ª Susana Tomé – Responsável Técnica;
- Dr. João Meira – Consultor

5. Por parte dos proprietários:

- Luís Gamito
- Ana Gamito
- Joaquim Sobral.

A reunião decorreu em três momentos principais, a saber:

1. Análise e discussão da posição da DGADR relativamente à proposta de exclusão do Aproveitamento Hidroagrícola (AH) com o ID 40;
2. Análise das restantes exclusões com parecer desfavorável;
3. Esclarecimento de alguns aspetos do parecer.

O representante da CMFA (Eng.º Álvaro Ramos) deu por iniciada a reunião, agradecendo a comparência dos participantes e explicando a necessidade de se ter promovido a presente reunião de concertação com a DGADR, tendo em vista obter uma solução concertada que permita ultrapassar as situações responsáveis pelo parecer desfavorável, tendo passado a palavra à representante da Equipa Técnica do Plano que apresentou de imediato a exclusão com o ID 40 relativa à proposta de exclusão para ampliação da Pedreira Garcia Menino II e sobre a qual a DGADR emitiu em sede da 2.ª CC o seguinte parecer:

40 - As duas parcelas denominadas por "ID40" são áreas em solos agrícolas inseridas na área beneficiada por AH e por isso sujeitos ao RJOAH. A atividade proposta para estas áreas não é compatível com a atividade agrícola.

Relativamente à justificação apresentada na proposta de revisão de PDM referimos o seguinte:

-A DGADR não dispõe da localização da área efetivamente legalizada para a exploração geológica (30 ha). A DGADR e RAN não se pronunciaram, sobre esse licenciamento.

- Não pode ficar classificada como "Espaço de exploração de rec. Energéticos e geológicos."

- A DGADR não foi informada de qual e onde se localiza a área que "foi devolvida ao uso agrícola" após fim de vida na exploração geológica. Não foi apresentado o projeto de recuperação dessas áreas.

- Face a estes aspetos, será necessária a realização de uma reunião setorial com a presença dos proprietários dos terrenos em causa e da área licenciada inserida no AH Odivelas, CM Ferreira do Alentejo e DRAP Alentejo para apresentação dos devidos esclarecimentos.

Após o enquadramento feito pela equipa técnica e pelo consultor da empresa exploradora da pedreira (Joaquim de Sousa Brito), a DGADR esclareceu não ter emitido parecer para a área licenciada pela DGEA,

sendo que toda a área (explorada, em exploração e pretendida para ampliação) se encontra abrangida pelo Aproveitamento Hidroagrícola de Odivelas e, como tal, está sujeito à legislação que tutela estas áreas, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 86/2002, de 6 de abril (RJOAH), respetiva legislação complementar e regulamento do AH, quando aprovado. A atividade de exploração de recursos geológicos não é compatível com o RJOAH.

Informou ainda que não podia aceitar as áreas propostas para exclusão, por não existir enquadramento no RJOAH e em consequência não ter existido consulta à DGADR e por não ter qualquer informação sobre o projeto relativo à ampliação pretendida. Assim, sugeriu o seguinte:

- 1) A área já explorada, mas recuperada e devolvida ao uso agrícola se mantenha no AH com a qualificação de espaço agrícola (ver mapa anexo). Ressalva-se que não poderá ser intervencionada com atividades incompatíveis com o RJOAH.
- 2) A área ainda em exploração e onde se encontra o estabelecimento industrial (setor norte) possa ser qualificada como espaço de exploração de recursos geológicos, mas apenas na condição de o proprietário pedir a exclusão até à publicação da revisão do PDM; a ser redefinida de modo a apenas incluir as áreas efetivamente ocupadas por edifícios, equipamentos e infraestruturas das atividades em causa, conforme exemplo apresentado na figura seguinte:



- 3) A DGADR referiu que a área pretendida para ampliação é objeto de proposta de pedido de exclusão do AH, considerando não existir qualquer projeto para essa ampliação, considerando que a mesma terá que ser sujeita a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e, finalmente, não havendo enquadramento deste tipo de atividade no RJOAH, esta área não poderá constar como proposta de exclusão do AH.

Tendo o Município esclarecido que tem interesse na continuidade da exploração e o consultor da empresa exploradora que o EIA concluirá sobre a necessidade de alteração do PDM, foi ainda ponderada a solução: de qualificar a área ainda em exploração e onde se encontra o estabelecimento

industrial (setor norte) como espaço de exploração de recursos geológicos e, em simultâneo, a delimitação de uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) para a área adjacente, englobando as áreas para onde se pretende a ampliação, por forma a que após o EIA, o PDM revisto pudesse vir a ser objeto de uma alteração simplificada, com base no artigo 123.º do RJIGT (n.º 1, alínea a), ou seja, com base na cessação da servidão administrativa do AH. Verificou-se, porém, que esta solução não é viável uma vez que o art.º 123.º, n.º 2 do RJIGT faz depender a aplicabilidade do regime de uso da envolvente da contiguidade das parcelas, o que não sucede no caso em presença, uma vez que entre a área consolidada qualificada como espaço de exploração de recursos geológicos, e a área de expansão já existe uma área de Espaço Agrícola. Desta forma, tratar-se-á de uma alteração nos termos do artigo 118.º do RJIGT.

Mais se informa, que contactados os proprietários, na sequência desta reunião, estes assumiram o compromisso de fazer o pedido de exclusão do AH da área a qualificar como Espaço de exploração de recursos geológicos (ver mapa em anexo) após a assinatura da presente Ata. Neste sentido, a CM pretende alterar a Planta de ordenamento – Classificação e qualificação do solo, incluindo a delimitação de uma UOPG, de acordo com o anteriormente mencionado e **conforme mapa em anexo**. Também procederá à alteração das Plantas Propostas de exclusões da RAN e Proposta de RAN, bem como da Planta de condicionantes geral, em conformidade.

Dados dos proprietários desta exclusão:

Cabeça de Casal da Herança de Miguel Banha Feio Sobral
Rua C, N.º 30
Canal Caveira
7570-167 Grândola
NIF 743640942

Após a discussão do primeiro ponto, e já sem a presença da empresa exploradora da pedreira e dos proprietários, foram **analisadas as restantes exclusões com parecer desfavorável**, tendo-se concluído o seguinte:

17 – Acertar limite do solo urbano pelo limite do AH

Limite do solo urbano acertado pelo limite do AH

18 – Não aceite trata-se de solo agrícola

Retirada a exclusão

42 – A área inserida no EFMA deve ser retirada exclusão. (a confirmar com os limites do EFMA (bloco (Ferreira – Figueirinha) fornecidos pela EDIA)

A DGADR aceitou a exclusão, uma vez que se trata de área licenciada para pedreira, em exploração.

44 – Não aceite. Desfavorável

São áreas em solos agrícolas inseridas na área beneficiada por AH e por isso sujeitos ao RJOAH.

A atividade proposta para estas áreas não é compatível com a atividade agrícola.

A DGADR não dispõe de qualquer informação sobre o processo de licenciamento da infraestrutura de aviação.

Não pode ficar classificada como “Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações”

Todo a área beneficiada por aproveitamento hidroagrícola deve ficar classificada como “ESPAÇO AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO”.

A CMFA ficou de ponderar, tendo concluído sobre a eliminação da exclusão e alterado as Plantas de ordenamento - Classificação e qualificação do solo, de condicionantes geral, Propostas de exclusões da RAN e Proposta de RAN.

Sobre as restantes questões foram prestados os seguintes esclarecimentos:

3.1.1. RAN bruta e propostas de exclusão da RAN nos AH

Verifica-se que nem toda a área beneficiada pelos AH integra a RAN (destacado a laranja nas imagens apresentadas). A situação terá de ser corrigida, aplicando-se o disposto no regime jurídico da RAN. A título de exemplo salientam-se algumas áreas, na envolvente sul do perímetro urbano de Odivelas e três áreas junto a localidade de Santa Margarida do Sado.

Por lapso, não foi enviada a shape da RAN Bruta, mas das peças gráficas carregadas constava a planta da RAN Bruta, onde as áreas mencionadas são identificadas como áreas de AH. De qualquer forma será enviada shape da RAN Bruta, onde se pode comprovar a inclusão destas áreas na RAN Bruta. Clarificação transmitida na reunião de concertação (Ver shapefile da RAN Bruta em anexo).

3.2. Planta de condicionantes Geral

A legenda dos AH deve ser alterada, sugerindo-se a seguinte forma:

Proposta: classe “Aproveitamentos Hidroagrícolas”:

Subclasse - Áreas beneficiada pelas obras de aproveitamentos hidroagrícolas

Subclasse – Áreas beneficiadas propostas para exclusão dos AH (art.º 101)

Subclasse – Infraestruturas principais dos AH (a verificar, caso a caso, a localização exata com as entidades gestoras).

Alterada a legenda da planta de condicionantes de modo a ficar com a ordem sugerida.

Devem ser adicionadas as informações georreferenciadas com a localização das infraestruturas do EFMA.

A equipa esclareceu que foi utilizada a informação mais recente enviada pela EDIA depois da 1.ª CC, não tendo conhecimento da existência de outra. Desta forma, manter-se-á a informação que foi objeto de avaliação na 2.ª CC.

3.3. REGULAMENTO

i. Art.º 7.º c) ii) – Deve ser retirada a referência à RCM 30/2013, pois não respeita à totalidade dos aproveitamentos em existente no concelho. Acrescentar a referência aos regulamentos do AH

Alterado para:

Aproveitamentos hidroagrícolas, área beneficiada e infraestruturas de rega – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva: Aproveitamento Hidroagrícola de Ferreira (Regulamento (extrato) n.º 69/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 12 de fevereiro); Aproveitamento Hidroagrícola de Alfundão (Regulamento Definitivo publicado pelo Aviso (extrato) n.º 1252/2015, no Diário da República, 2.ª série, de 4 de fevereiro); Aproveitamento Hidroagrícola do Bloco de Cuba-Odivelas (Regulamento aprovado pelo Despacho n.º 4705/2023, de 19 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 19 de abril); Aproveitamento Hidroagrícola de Ervidel (Regulamento Definitivo publicado pelo Aviso n.º 12657/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 12 de novembro); Aproveitamento Hidroagrícola de Alvito Pisão (Regulamento (extrato) n.º 861/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 8 de setembro); Aproveitamento Hidroagrícola de Vale de Gaio (Regulamento definitivo aprovado pelo Despacho n.º 699/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 15 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 9264/2023, publicado no Diário da República, 2.ª série, Parte C, de 8 de setembro).

ii. A numeração na alínea c) deve ser corrigida

Numeração corrigida

iii. No Art.º 8.º 4 – propõe-se que seja acrescentada uma nova alínea, ou no capítulo III “Espaços Agrícolas um novo artigo 51Aº; que detalhe o regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola, para o que se sugere o seguinte texto:

“Área beneficiada por obras de aproveitamentos hidroagrícolas e suas infraestruturas” (...)

O PDM não pode ser o repositório das servidões administrativas e restrições de utilidade pública (SARUP), sendo que o Regulamento é inequívoco quanto à prevalência das normas das SARUP sobre o regime de uso do solo. Ademais, os regimes das SARU são objeto de alteração e inserir esses regimes no PDM obrigaria a alterações mais frequentes do mesmo para a respetiva adaptação. A DGADR aceitou a justificação para não ser acrescentada a redação proposta.

iv. Artigo 12.º 2.b.i) - Áreas de proteção às captações públicas de água subterrânea, zonas intermédia e alargada – O regulamento restringe a atividade agrícola como mencionado no texto. Em nosso entender, o estipulado no articulado deveria ir ao encontro da legislação em vigor para a proteção das captações, não devendo interditar o uso agrícola.

Alterado para "b) Na área de proteção intermédia e na área de proteção alargada são condicionadas as seguintes instalações e atividades:"

v. Artigo 22º – Faixas de salvaguarda à instalação de culturas permanentes em regime intensivo – Alerta-se para o fato da necessidade de ficar definido como serão efetuados o controlo e a fiscalização das novas plantações na faixa de proteção dos perímetros urbanos.

O n.º 2 do artigo 22 prevê que o controlo seja definido em sede de regulamento municipal, com base na Lei-quadro das contraordenações ambientais (Lei n.º 50/2006, de 29/08, na atual redação), artigo 1.º, n.º 4. A DGADR alertou para a importância da sensibilização dos agricultores abrangidos por esta disposição.

Face ao exposto, a proposta de revisão do PDM de Ferreira do Alentejo deverá considerar as questões elencadas na presente ata.

Da reunião de concertação foi elaborada a presente Ata, aprovada pelas Entidades participantes na reunião e assinada pelos representantes da CMFA presentes, a qual será posteriormente disponibilizada na PCGT.

Nada mais havendo a acrescentar, foi dada por encerrada a reunião pelas 13 horas.

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo:

Álvaro Ramos, Chefe da Divisão de Urbanismo e Obras Públicas

Sérgio Felício, Técnico Superior

Arq.º David Azinheira, Técnico Superior

Isabel Moraes Cardoso, Jurista

DGADR:

Manuela Tavares, Chefe de Divisão de Ordenamento do Espaço Rural

Inês Castel-Branco, Técnica Superior

RTGeo:

Ana Isabel Rodrigues, Coordenação Técnica do Plano

Mónica Sagreiro, Técnica Superior

JOAQUIM DE SOUSA BRITO, S.A.:

Susana Tomé, Responsável Técnica

João Meira, Consultor

Proprietários:

- Luís Gamito

- Ana Gamito

- Joaquim Sobral